
JOÃO ARRISCADO NUNES

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Sociais

Com mal ou com bem, aos teus te até:

As solidariedades primárias e os limites da sociedade-providência

A sociedade-providência, outrora denunciada como um conjunto de sobrevivências de raiz rural e pré-moderna destinadas a desaparecer sob o impulso da urbanização, da modernização e da expansão da regulação pelo mercado e pelo estado, tem vindo a ser recuperada e transcodificada por diferentes quadrantes políticos como fenómeno pós-moderno e como resposta aos problemas da solidariedade social na era do capitalismo desorganizado, através da transferência para a sociedade civil

das funções de protecção antes atribuídas ao estado. Este processo é acompanhado de uma tendência para ignorar problemas ligados às virtualidades e limites da sociedade-providência, revelados pela investigação sobre o fenómeno em países como Portugal. Neste artigo, procura-se identificar e discutir alguns desses problemas, especialmente os que radicam no carácter ancorado das relações sociais que configuram a sociedade-providência.

5

A sociedade-providência pode ser definida como uma configuração de «redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação de dom estudada por Marcel Mauss (...)» (Santos, 1993: 46). Trata-se de um fenómeno que tem vindo a merecer um interesse crescente, não só da parte dos cientistas sociais, mas também de políticos interessados em encontrar alternativas a um estado-providência cuja “falência” ou “esgotamento” se tornou um lugar comum do discurso político e económico. Uma das faces mais interessantes deste processo é o facto de a discussão sobre as alegadas virtualidades da sociedade-providência ter lugar nos países centrais, onde o estado-providência floresceu, mas em que passou a ser visto, sobretudo, como uma fonte de problemas que exige que seja encontrada uma resposta alternativa à necessidade de protecção social, à exclusão e à pobreza. Essa resposta

Introdução

6

é, crescentemente, procurada nas instituições e redes de relações sociais que constituem a sociedade civil. Seria, assim, possível, alegadamente, recriar um sentido da interdependência e da solidariedade que se apoiasse na recuperação dos vínculos interpessoais e do princípio da reciprocidade, contra a despersonalização e desumanização imputadas ao estado-providência, às suas agências e aos seus burocratas. Assim, tanto do lado de conservadores como de social-democratas e socialistas¹, a sociedade-providência, outrora descrita como um conjunto de sobrevivências de raiz rural e pré-moderna, destinadas a desaparecer sob o impulso da urbanização, da modernização e da expansão da regulação pelo mercado e pelo estado, é hoje recuperada e transcodificada como fenómeno pós-moderno, como resposta aos problemas da solidariedade social na era do capitalismo desorganizado, através da transferência para a sociedade civil das funções de protecção antes atribuídas ao estado.

O entusiasmo recente de vários quadrantes ideológicos e políticos pelas potencialidades da sociedade-providência está associado à tendência preocupante para ignorar alguns problemas que a investigação sobre as suas virtualidades e limites tem revelado, nomeadamente em países como Portugal, nos quais, devido à insuficiência da cobertura providencial por parte do estado, grande parte das funções de devolução de risco e de resposta às situações de carência e de dificuldade é realizada através das redes de solidariedades assentes no parentesco e nas relações sociais continuadas (Santos, 1990, 1993; Hespanha, 1993b).

As tensões internas da sociedade- providência

Não é evidente, em primeiro lugar, que quando se fala em sociedade-providência se esteja a falar do mesmo fenómeno em todos os contextos. Nos países centrais, a identificação da sociedade-providência com a sociedade civil não passa, muitas vezes, de uma outra maneira de defender o mercado e as relações contratuais. Mas, mesmo onde o conceito se refere a relações sociais e a redes de solidariedade organizadas na base do princípio da reciprocidade, tendem a ser ignorados ou minimizados dois problemas fundamentais. O primeiro tem a ver com a impossibilidade de substituir o estado-providência pela sociedade-providência, pela simples razão

¹ Veja-se Rosanvallon, 1981, para uma das mais influentes tentativas de pensar este tema a partir de uma crítica de esquerda.

de que eles respondem a carências e problemas diferentes. Pode-se mesmo afirmar, de modo mais geral e como notou Wolfe (1989: 20), que, contrariamente ao estado e ao mercado, a sociedade civil tendeu a organizar as relações sociais e a definir a obrigação moral dentro dos limites dos espaços de interconhecimento, tornando-se patente, desse modo, a sua fraqueza enquanto modo de organização da solidariedade para com aqueles que se encontram para além desses espaços². O estado e o mercado, em contrapartida, foram, desde a sua origem, instituições orientadas para a organização e regulação dessas relações «para fora». A colonização crescente das relações sociais pelo estado e pelo mercado tem tido como consequência, para além disso, uma expansão das suas lógicas respectivas para o espaço das relações interpessoais e de interconhecimento. Neste sentido, a sociedade civil e as suas redes e instituições parecem cada vez menos capazes, não só de servir de fundamento a novas formas de solidariedade para com os que nos são distantes, como de resistir a essa colonização pelo estado e pelo mercado na esfera da solidariedade para com os que nos são próximos.

O segundo problema tem a ver com a tensão, que atravessa a sociedade-providência, entre um potencial humanizador e emancipador, por um lado, e um potencial de geração de desigualdades e exclusões, por outro. É sobre este último aspecto que me irei debruçar neste artigo, procurando, em particular, mostrar como o tipo de relações sociais que subjazem à sociedade-providência funcionam numa base quotidiana, no sentido da criação de inclusões e exclusões, hierarquias e subordinações. A solidariedade social, quer ela seja assente no mercado, no estado ou na comunidade, e seja ela organizada segundo os princípios da troca, da redistribuição ou da reciprocidade, põe permanentemente em tensão a definição das obrigações para com os que nos são próximos e para com os que nos são distantes, em termos sexuais, geracionais, nacionais, étnicos, raciais ou de classe e estilo de

² Como observou Ginzburg (1994), numa discussão da trajectória histórica das concepções da relação entre obrigação moral e distância, esta última pode ser definida tanto em termos de distância *no espaço*, como de distância *no tempo*. Neste último caso, são detectáveis diferenças no modo como, em diferentes contextos históricos, é concebida a relação com o passado e com o futuro. Este tema justificaria uma abordagem mais aprofundada, que não é possível desenvolver aqui. Parece-me relevante, em todo o caso, sublinhar a sua importância para a discussão de alguns temas ligados à reinvenção do conceito de solidariedade, como o de solidariedade intergeracional ou o de património comum da humanidade.

vida. A construção de alternativas à crise do estado-providência passa, não pela ilusória substitutibilidade mútua desses princípios e formas de organização, mas pela capacidade de os articular de modo a gerir a referida tensão e a neutralizar os efeitos geradores de desigualdades e exclusões que cada um deles produz.

O conceito de sociedade-providência, tal como ele foi formulado no contexto de estudos recentes sobre a sociedade portuguesa, designa um conjunto de fenómenos que são frequentemente descritos como manifestações de pré-modernidade, como sobrevivências e atavismos destinados a desaparecer com o processo de modernização e com o evanescer de alguns dos mecanismos que constituem a sua base material, tais como a pequena agricultura familiar ou as redes alargadas de relações de parentesco e de relações sociais continuadas. Esses estudos vieram mostrar, contudo, que a sociedade-providência ocupava uma posição central na resposta a situações de crise, de risco ou de carência associadas aos próprios processos de modernização, e sublinharam, em particular, a sua contribuição para suprir, quer a insuficiência do rendimento baseado nos salários, quer algumas das limitações e omissões da providência estatal³. Sendo a sociedade-providência atravessada por uma tensão entre impulsos no sentido da igualdade e da emancipação e impulsos no sentido da desigualdade e da exclusão, a sua transcodificação em fenómeno pós-moderno pode ser feita no sentido de reforçar os primeiros ou os segundos. A diferença entre uma e outra dessas modalidades de transcodificação está ligada à concepção da relação entre a sociedade-providência e o estado-providência. Se essa relação for de substituição, a sociedade-providência tenderá a funcionar como um mecanismo de reforço da desigualdade e da exclusão. Se a relação for de articulação, o impulso igualitário que subjaz ao estado-providência pode potenciar as virtualidades emancipadoras da sociedade-providência. Estas diferenças nem sempre são claras, e os seus fundamentos têm sido pouco estudados.

Nas secções seguintes, procurarei identificar as principais características das relações sociais que configuram a sociedade-providência em Portugal, com particular incidência nos processos que, na vida quotidiana, estabelecem os limites

³ Veja-se, a propósito, Santos, 1990, bem como os estudos incluídos em Santos (org.), 1993 e no número temático da *Revista Crítica de Ciências Sociais* (1987), sobre Saúde, Medicina e Sociedade.

exteriores e as diferenciações e hierarquias internas das redes de relações que as constituem. Tal implica uma inventariação e caracterização das principais modalidades do trabalho de realização prática das redes de relações que sustentam a sociedade-providência, isto é, o trabalho necessário para criar, sustentar e reproduzir essas redes numa base permanente. Servir-me-ei dos resultados de um estudo etnográfico da construção das solidariedades primárias numa freguesia rural do distrito de Aveiro, que designarei por Costa⁴. O caso estudado concentra, de forma exemplar, algumas das características que têm vindo a ser associadas ao fenómeno da sociedade-providência em Portugal. As redes locais de relações sociais baseadas no parentesco e na vizinhança são fortemente visíveis, e — como notou Santos (1993: 46-49), referindo-se, em geral, ao caso português — apresentam características variáveis, no respeitante ao grau da sua formalização, da sua extensão e composição, da sua duração, da sua estabilidade e das actividades que englobam. Elas estão fortemente associadas ao peso da pequena agricultura familiar e das características sociais e culturais de grupos sociais que mantêm fortes vínculos com modos de vida e de sociabilidade próprios dos meios rurais e de pequenos centros urbanos, mesmo quando aqueles que as integram não residem em áreas rurais⁵. Finalmente, elas «envolvem (...) laços complexos entre famílias e comunidades rurais, por um lado, e famílias e comunidades urbanas, por outro» (Santos, 1993: 46-47). O meu argumento central é o de que as limitações e virtualidades da sociedade-providência dependem crucialmente do processo de ancoragem das relações sociais através do que designo por solidariedades primárias.

As solidariedades primárias são configurações de relações correspondentes ao nível primário de apropriação social do mundo e de constituição da identidade, que incluem redes de parentesco, co-residência, comensalidade e vizinhança, accionáveis em situações de necessidade para apoiar material ou moralmente aqueles que são reconhecidos como

Solidariedades primárias e relações ancoradas

⁴ Para uma apresentação pormenorizada do enquadramento teórico, metodologia e resultados desse trabalho, cf. Nunes, 1992a.

⁵ Sobre a relação entre a pequena agricultura familiar e os fundamentos materiais da sociedade-providência, cf. Hespanha, 1987, 1993a, b. Acerca dos padrões de organização territorial que lhe estão associados, veja-se Gama, 1993.

membros dessas redes⁶. Elas correspondem a configurações de sentido, que permitem aos seus membros reconhecer a sua posição na sociedade e os direitos e deveres que a ela estão associados. As redes de solidariedades primárias são internamente diferenciadas e hierarquizadas, com base no sexo, na idade, na geração e no grau de inclusão na rede (associada ao lugar de residência) dos seus membros. A estabilidade dessas redes ao longo do tempo e para além de cada situação particular de interacção depende da existência de núcleos institucionalizados que, através de formas específicas de associação de pessoas, de animais, de objectos, de espaços, funcionam como lugares de ancoragem no tempo e no espaço. As instituições que correntemente designamos por casas, famílias, agregados domésticos ou grupos domésticos são exemplos particulares dessa classe mais geral de unidades sociais, a das unidades sociais primárias (Cabral, 1991).

Os estudos sobre a sociedade-providência têm permitido mapear as diferentes modalidades de prestação de cuidados e de serviços, os diferentes tipos de actores sociais neles envolvidos e as condições dessa prestação⁷. Menos atenção tem sido prestada, contudo, à maneira como são criadas e recriadas as solidariedades primárias nas quais se funda essa prestação, através de um trabalho que assume diferentes formas, mas que tende a ser «invisibilizado» quando nos concentramos na própria prestação de cuidados ou de serviços. É através desse trabalho que são definidos aqueles que fazem parte dessas redes, aqueles que têm obrigações para com outros membros da rede, e que, por seu lado, têm o direito de esperar apoio e solidariedade dos outros membros das mesmas redes. Esses direitos e obrigações não são definidos em geral e de modo idêntico para todos. Eles são estabelecidos em função, por um lado, do sexo, idade, geração, relação de parentesco, proximidade de residência, profissão ou ocupação, de acordo com definições tácitas do que deve ser o comportamento adequado dos actores sociais em função destas características. Por outro lado, esses direitos e obrigações apoiam-se em práticas de *ancoragem*, que impedem a intermutabilidade dos actores, mesmo quando estes

⁶ Esta definição é fortemente devedora do trabalho de João de Pina Cabral (1991) e do seu conceito de unidade social primária. Para uma discussão pormenorizada deste ponto, veja-se Nunes, 1992a: 127-184.

⁷ Veja-se, entre outros, Henriques, 1993, sobre as mútuas de gado; Hespanha, M.J.F., 1993, sobre o apoio à velhice; *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1987, sobre os cuidados de saúde.

apresentam, em geral, as mesmas características (Goffman, 1971, 1986).

As práticas de ancoragem correspondem a uma actividade de classificação sujeita a permanente revisão, e que se realiza praticamente através de um conjunto de actividades destinadas a confirmar ou redefinir as condições de pertença a uma rede de solidariedades primárias e o grau de proximidade entre os seus diferentes membros. Assim, o recrutamento para uma rede por nascimento, casamento ou afinidade não garante um estatuto estável no seio de uma rede de solidariedades primárias. O estatuto poderá ser modificado através da história subsequente dessas relações, podendo mesmo conduzir, em certos casos, à exclusão.

É nas solidariedades primárias, nas suas características e dinâmicas, que radicam, tanto as virtualidades como as principais limitações e bloqueios associados à sociedade-providência que a investigação recente permitiu identificar. Essas limitações e bloqueios são, no fundamental, de dois tipos. O primeiro tem a ver com a descoincidência entre os bens e serviços fornecidos pelo estado-providência e os que são fornecidos pela sociedade-providência, tornando inviável uma simples relação de substitutibilidade (Santos, 1993). O segundo refere-se às contradições entre as relações ancoradas próprias da sociedade-providência e do espaço doméstico em que esta se funda e as relações anónimas próprias do estado-providência e do espaço da cidadania a que se vincula⁸. É sobre este segundo aspecto que irá incidir a reflexão que se segue.

Segundo Santos (1993: 48-49), a sociedade-providência incorpora uma incapacidade em distinguir entre desigualdades legítimas e ilegítimas, uma hostilidade à cidadania e aos direitos a ela associados, uma dinâmica de criação e reprodução de formas de controlo social e de dependência, uma tendencial rigidez espacial — associada, sobretudo, à sua dependência da pequena agricultura familiar — e, finalmente, formas de organização da vida familiar que fazem recair desproporcionadamente sobre as mulheres os esforços e os custos do trabalho de criar e reproduzir essas relações.

Estas características radicam naquilo que, ao fazer a força da sociedade-providência, gera igualmente tensões

A ancoragem das relações sociais e os limites da solidariedade

⁸ Sobre as características do espaço doméstico e do espaço da cidadania como espaços estruturantes das relações sociais, cf. Santos, 1994: 103-118.

importantes com o modelo de cidadania baseado no acesso igual aos direitos que caracteriza o estado-providência: o facto de as solidariedades primárias nas quais se apoia a sociedade-providência serem relações *ancoradas*, resultantes da emergência dos vínculos de solidariedade a partir de relações construídas num tempo e num espaço determinados e que impedem a intermutabilidade dos actores sociais enquanto prestadores ou beneficiários da solidariedade. Elas têm uma história, são personalizadas e territorializadas. É fundamental conhecer o modo como elas são realizadas praticamente, isto é, como elas adquirem as propriedades de relações ancoradas. Tal exige o estudo do modo como elas são mantidas e reproduzidas, de maneira a criar e recriar as fronteiras entre os que estão «dentro» e os outros, definindo assim os princípios, muitas vezes não explícitos, de reciprocidade sobre os quais assenta a sociedade-providência.

Esse processo passa por diferentes tipos de práticas (conversas, visitas, episódios de envolvimento⁹, refeições, festas). Sustentar as redes de solidariedades primárias pressupõe um *trabalho* — que tende a tornar-se invisível para os que nelas não participam —, de criação e reafirmação periódica de pertenças e de exclusões. A entrada numa rede de solidariedades primárias pode fazer-se por nascimento, por afinidade ou por cooptação. Mas, embora haja pertenças cuja estabilidade parece garantir a sua irrevogabilidade, esta — passe o paradoxo — não é definitiva, exigindo reafirmações periódicas. Essas reafirmações têm lugar através de um conjunto de actividades, que podem ir das visitas a doentes e dos empréstimos de dinheiro à ajuda em géneros ou trabalho e à prestação de serviços ou mediação para esta, das dádivas aos rituais formais, como as festas de família — particularmente importantes enquanto recurso para manter relações à distância, nomeadamente com parentes ou afins emigrados — passando por episódios rotineiros da vida quotidiana.

Em suma, para criar e reproduzir as solidariedades primárias que fundam a sociedade-providência, é indispensável que os actores sociais envolvidos procedam a um trabalho de

⁹ Entendo por episódios de envolvimento as sequências de acção durante as quais tem lugar o acesso ao espaço doméstico, a transposição dos limites exteriores desse espaço e a definição e negociação das possibilidades legítimas de mobilidade dos actores nesse espaço (Nunes, 1992a: 355-399; 1992b, 1993a). Essas possibilidades dependem das características mais ou menos permanentes dos actores (se é ou não residente na casa, se é ou não parente ou afim dos residentes, etc.), que definem o seu estatuto de participação nessas situações.

realização prática (no sentido etnometodológico da expressão) dessas relações, isto é, que as façam aceder a uma existência visível e reconhecível, tanto para os que nelas participam como para os que dela são excluídos. Essa realização prática passa por actividades localizadas, tais como as que acima foram enumeradas. É através da relação entre estas actividades e o contexto espacial e temporal em que elas têm lugar — e que contribuem, por sua vez, para criar e reproduzir — que os actores reconhecem uma dada situação ou sequência de acção como tendo uma determinada «natureza», como fazendo parte de um conjunto mais vasto de relações, de configurações de pessoas e de coisas, de entidades humanas e não-humanas que, no seu conjunto, delimitam o universo das solidariedades primárias. Este universo não é constituído apenas por redes de relações centradas em actividades particulares, mas corresponde a uma configuração de sentido partilhada por aqueles que nele participam. Retomando um termo da sociologia interaccionista, pode-se dizer que o universo das solidariedades primárias constitui um *mundo social* que funciona como um espaço de negociação entre os seus membros, reduzindo as probabilidades de ocorrência de dissensões ou de conflitos e promovendo os compromissos necessários à manutenção e reprodução desse mundo¹⁰. As situações de conflito ou de dissensão emergem, frequentemente, de dissincronias interaccionais resultantes de contradições entre a orientação da acção, a definição da situação e as condições em que esta tem lugar.

É através de episódios observáveis de interacção que o mundo das solidariedades primárias se torna acessível à observação e à descrição sociológica, e que têm lugar os processos de associação, dissociação e diferenciação de pessoas, de coisas e de espaços que conferem a esse mundo características «resistentes», persistentes e reconhecíveis para além da contingência de cada situação particular. Os episódios de interacção põem em evidência a distância entre as categorias de classificação utilizadas pelos participantes para descrever em geral as relações familiares e domésticas e o modo como essas relações são definidas em situação. A qualidade de parente próximo — que, em princí-

A realização prática das solidariedades primárias

¹⁰ Sobre o conceito de mundo social, veja-se Strauss, 1993, e Nunes, 1992a.

pio, qualifica uma pessoa para ser convidada para uma celebração como o casamento —, passa por uma avaliação localizada do estado das relações efectivamente mantidas com essa pessoa. Não é possível, assim, identificar as relações genealógicas com as relações que efectivamente são reconhecidas pelos actores, em cada momento, como relações primárias de solidariedade. Estas são definidas e reafirmadas periodicamente através de encontros rotineiros ou formais. É também no decorrer desses encontros que são estabelecidas as distinções entre os *membros* das redes de solidariedades primárias e os *estranhos*, os que estão fora delas e que, por isso, não estão sujeitos aos mesmos direitos e obrigações que os membros. Exemplos particularmente visíveis desta diferenciação são observáveis no decorrer da recepção a estranhos no espaço doméstico, e no contraste que pode ser estabelecido entre essas situações e aquelas em que apenas participam os membros, como as refeições familiares, ou as festas de família. É importante recordar que essa diferenciação está estreitamente associada às características do espaço em que decorre a sequência de acção, aos objectos e recursos mobilizados na interacção e aos constrangimentos de ordem temporal, todos eles elementos indispensáveis à definição de um contexto de interacção que permite identificar os participantes legítimos na situação e as distinções e diferenciações legítimas a estabelecer entre eles¹¹.

A definição da «natureza» das situações de interacção e a atribuição de estatutos de participação estão estreitamente associadas à delimitação do interior e do exterior do espaço doméstico e à sua regionalização interna, ou seja, à sua divisão em regiões «anteriores» e regiões «posteriores» (Goffman, 1959). O espaço anterior é definido de modo diferente consoante a situação seja uma ocasião rotineira ou uma ocasião formal, e depende da definição dos estatutos de participação. Do mesmo modo, o acesso ao espaço doméstico e às suas diferentes regiões — nomeadamente as regiões posteriores — é condicionado por essa definição, contribuindo para tornar observáveis e descritíveis as operações práticas localizadas de classificação das pessoas, das coisas e dos espaços.

A ancoragem visível dos mundos das solidariedades primárias através de unidades sociais primárias — como as

¹¹ Sobre os problemas metodológicos associados ao estudo dos episódios de interacção, cf. Nunes, 1992a, c, 1993b, Goffman, 1986.

casas — permite estabelecer um conjunto de dimensões identificáveis pelos membros, que possibilitam a estes reconhecer, para além da variabilidade das situações, as características comuns de relações e de sequências de acção, referenciadas a um «núcleo duro» comum de relações resistentes e mais ou menos estáveis entre pessoas, espaços e objectos. Esse reconhecimento passa pelo que acima designei por ancoragem das relações sociais, pelo vínculo indissociável que se estabelece entre as identificações sociais das pessoas e as suas biografias pessoais e familiares, nomeadamente as associações com lugares, acontecimentos, pessoas e objectos. Os processos locais de atribuição de nomes permitem compreender a importância da ancoragem e a sua estreita ligação com a emergência de histórias que configuram uma cultura local das solidariedades primárias e servem de base a julgamentos e avaliações morais. Em contraste com este trabalho de definição situada — como se verifica quando se procura abordar estes temas pedindo aos participantes que definam, através de normas gerais e abstractas, quem está “dentro” e quem está “fora” das redes de solidariedade —, é difícil compreender a dinâmica social local a partir de categorias de classificação, sem referência aos vínculos entre pessoas, lugares e acontecimentos particulares, e à história desses vínculos — ou, mais precisamente, à memória desses vínculos¹².

A importância da definição situada da pertença a uma rede de solidariedades primárias pode ser convenientemente ilustrada através do modo como, em Costa, se estabelece a pertença de uma pessoa a uma casa. A definição dessa pertença baseada, por exemplo, na residência habitual — tal como ela é feita em operações oficiais de recenseamento — implica que cada pessoa seja membro de uma e só uma unidade de residência num dado momento. Em princípio, tal seria suficiente para decidir da adjudicação das pessoas às diferentes unidades sociais e às redes em que estas se integram. Contudo, localmente, tal não acontece. Uma mesma pessoa pode ser identificada, em situações diferentes, com casas diferentes. Não é a residência que determina sempre e em todas as circunstâncias essa identificação, mas um conjunto de vínculos que, por via do nascimento ou da aliança, permitem identificações alternativas e selectivas com diferen-

¹² Sobre este ponto e, em geral, sobre a importância das práticas situadas de narração e de descrição para a construção de mapas cognitivos das relações sociais locais, veja-se Nunes, 1992a: 307-354.

tes casas, conforme as circunstâncias e o contexto pertinente de afirmação de vínculos e de solidariedades. As categorias de *membro residente* e de *membro não-residente* de uma unidade social primária permitem lidar com as indefinições e incertezas que este processo suscita em observadores exteriores.

O recrutamento para uma rede de solidariedades primárias — e, conseqüentemente, a sua redefinição — pode fazer-se através de dois processos principais¹³: pelo nascimento, que define os membros «naturais» de uma unidade social primária e do mundo de solidariedades primárias em que ele se insere; e pelo casamento, que implica não só a entrada de um novo membro, mas uma diferenciação interna da rede de solidariedades primárias através da constituição de uma nova unidade social primária, e da inserção dos cônjuges em novas redes ou segmentos de redes de solidariedades primárias e nos mundos sociais correspondentes. É através da saída dos membros associada ao casamento — ou, alternativamente, da saída de um membro para residir noutro lado, sem que tal implique o seu casamento — que se estabelece a distinção entre os membros «naturais» residentes e os não-residentes. Do mesmo modo, o recrutamento pelo casamento implica a adopção do estatuto de membro residente ou não-residente por afinidade. Estas duas dimensões — o modo de recrutamento e a residência — são articuladas situacionalmente, nomeadamente no decorrer dos rituais associados à comensalidade, e são visíveis, igualmente, nos episódios de envolvimento, ou através da atribuição de estatutos de participação em situações de conversa. A condição de membro, independentemente da residência ou do modo de recrutamento, está ligada à inserção em segmentos de redes particulares, as *identidades continuadas* (Cabral, 1991). Estas agrupam os parentes lineares e os seus cônjuges, desde que estes estejam vinculados a uma unidade social primária através do nascimento, do casamento com um dos membros «naturais», da residência ou da inserção numa vicinidade — isto é, num colectivo de irmãos ou irmãs resi-

¹³ Não considerarei, aqui, um terceiro modo de recrutamento, que designarei por cooptação, e que consiste em integrar numa unidade social primária ou numa rede de solidariedades primárias uma pessoa que não esteja ligada a essa unidade ou rede por laços de parentesco ou de aliança. Encontram-se na categoria dos «cooptados» as pessoas que «são como se fossem da casa». O parentesco espiritual é, ainda hoje, e em certos casos, uma das instâncias mais frequentes deste fenómeno. A amizade pode, também, conduzir à cooptação.

dindo na proximidade física uns dos outros, geralmente em torno da casa-mãe (Cabral, 1991). A activação visível das identidades continuadas faz-se através de várias ocasiões rituais — naturais ou formais —, com realce para as refeições familiares dominicais — que reafirmam os vínculos à distância com os não-residentes que não integram vicinalidades —, a recepção ao compasso, no domingo de Páscoa — em que os participantes, incluindo os membros residentes e não-residentes que integram a rede de identidades continuadas, percorrem o espaço da vicinalidade —, e as festas familiares, como a ceia de consoada e, eventualmente, a ceia de fim de ano, em que são afirmados o vínculo uxorilocal e a centralidade da casa-mãe como fundamento das identidades continuadas.

Os filhos não-residentes do casal que chefia a casa-mãe — ou do cônjuge sobrevivente —, sejam eles homens ou mulheres, tendem a adoptar atitudes e condutas que são homólogas das dos membros residentes do mesmo sexo, ainda que sendo admitidas variantes, nomeadamente no respeitante ao grau de envolvimento das mulheres no trabalho de preparação e serviço das refeições, que é assegurado, no essencial, pela mulheres residentes. Já no respeitante às cônjuges dos filhos, membros não residentes recrutados através do casamento, é admissível que elas não participem em tarefas que são realizadas normalmente por mulheres, mas que são reservadas, em geral, às residentes, ou, em ocasiões especiais — como acontece, por exemplo, no Natal —, às mulheres não-residentes mas nascidas na casa. Assim, a observação dos episódios interaccionais permite estabelecer uma série de distinções, associadas, em primeiro lugar, ao modo de recrutamento dos membros para a casa, por nascimento ou por casamento com um membro; em segundo lugar, à condição de residente permanente ou de não-residente; em terceiro lugar, à residência no local ou fora deste; e, finalmente, ao sexo. A inter-relação entre estas quatro dimensões permite definir várias categorias de membros de redes de identidades continuadas que complexificam, de modo considerável, a classificação corrente dos membros em função das relações de parentesco ou aliança.

Como se torna visível através da observação dos rituais naturais e formais¹⁴ associados à comensalidade (Nunes, 1992a, c), os membros de uma unidade conjugal são obriga-

¹⁴ Sobre esta distinção, cf. Goffman, 1971.

dos a gerir a pertença simultânea a duas redes de solidariedades primárias, o que está na origem de tensões que só podem ser geridas de maneira adequada através de definições localizadas, em situação, da pertença a um desses mundos: por exemplo, um casal que passa a noite da véspera de Natal em casa dos pais da mulher e o dia de Natal em casa dos pais do marido. Em Costa, o vínculo uxorilocal é claramente privilegiado no primeiro caso.

18

Reprodução primária e divisão sexual do trabalho

Uma importante dimensão associada à definição dos estatutos de participação é a do sexo. Ela materializa-se, sobretudo, nas formas observáveis de divisão do trabalho entre homens e mulheres. Essa divisão do trabalho caracteriza-se por uma acentuada cristalização da distribuição das tarefas por membros dos dois sexos, e pela diferenciação de espaços «femininos» e «masculinos». O espaço feminino por excelência é o espaço doméstico, e as actividades associadas a esse espaço e caracterizando, em grande medida, a sua «natureza» por oposição ao espaço «público» que lhe é exterior, são actividades realizadas por mulheres. Noutro lado (Nunes, 1992a), designei por *reprodução primária* o conjunto dessas actividades, realçando o facto de elas se materializarem no trabalho de criar e de cuidar, o trabalho de garantir as condições básicas de manutenção e reprodução da vida humana e da socialização primária das crianças. Essas actividades caracterizam-se por um trabalho emocional e interaccional intenso, associado a um conjunto de características e qualidades frequentemente definidas como «femininas». As mesmas características e qualidades são transportáveis para diferentes actividades profissionais consideradas como tipicamente femininas, geralmente ligadas a tarefas como a educação de crianças, a prestação de cuidados ou os serviços pessoais, ou ainda a profissões requerendo grande habilidade manual, homóloga da que é cultivada através de actividades como a costura. Para além dos factores de ordem política, económica e institucional que estão na base da divisão do trabalho por sexos e da presença predominante de mulheres em certas actividades profissionais, os aspectos acima mencionados constituem uma importante forma de legitimação dessa divisão do trabalho, ao «naturalizar» certas capacidades e disposições que, de facto, decorrem de uma socialização e aprendizagem social que tem a família como um dos lugares principais da sua realização.

Apesar da sua cristalização — o trabalho de criar e de cuidar é um trabalho de mulheres, e não é considerado apropriado, em princípio, o seu desempenho por homens —, esta divisão do trabalho não é objecto de denúncia por parte das mulheres de Costa. Se, até há pouco tempo, apareciam, por vezes, conflitos familiares ligados à escolha de carreiras escolares por parte de raparigas — por exemplo, a frequência de cursos superiores considerados como cursos «para homens», tais como Engenharia, Direito, Medicina, Economia ou Gestão, ou a opção por cursos universitários em lugar do Magistério Primário —, ou ao «empregar-se» como assalariada, essas escolhas são, hoje, em geral, pacíficas e tornaram-se frequentes. É interessante notar, contudo, que, se elas contribuíram para uma liberalização das atitudes em relação às mulheres, o seu efeito sobre a divisão sexual do trabalho e sobre a definição do espaço doméstico como espaço feminino foi muito reduzido. Em Costa, a divisão sexual do trabalho é rigorosamente observada — com as ressalvas que acima foram referidas, respeitantes às mulheres não-residentes, mas que não afectam a situação geral. Esta rigidez é assumida como uma implicação da complementaridade «natural» do trabalho dos homens e das mulheres, e, como tal, não é reconhecida pelos actores como um efeito da dominação masculina. A existência de um poder efectivo das mulheres no espaço doméstico contribui para tornar ainda menos visível essa dominação. As denúncias do poder masculino são, sobretudo, denúncias de abusos de autoridade, especialmente nos casos em que um pai impede as filhas de participar em ocasiões sociais susceptíveis de conduzir à escolha de um cônjuge, ou quando se opõe ao casamento de uma filha, o que por vezes conduz a cortes de relações que podem ser temporários ou definitivos. Uma implicação deste «desconhecimento» do poder masculino e dos efeitos estruturais da dominação patriarcal é a sua naturalização e, conseqüentemente, a dificuldade em modificar a desproporcionada atribuição às mulheres das tarefas que permitem realizar praticamente a sociedade-providência.

É importante, ainda, realçar a inter-relação entre a dimensão da divisão sexual do trabalho e as que foram referidas anteriormente, e que são observáveis, sobretudo, nos episódios de envolvimento e nos episódios de comensalidade. Embora todas as mulheres estejam sujeitas a definições situadas da sua condição de mulheres, as dimensões associadas aos eixos residente/não-residente e membro/estranho impli-

cam que essas características sejam objecto de uma articulação situacional, que introduz diferenciações significativas nos estatutos de participação das mulheres em diferentes tipos de situações. O mesmo se passa, embora de maneira menos evidente, em relação à dimensão idade. Na medida em que esta é uma característica por definição passageira e mutável — ao contrário do sexo, categoria “natural” e permanente —, ela tende a diluir-se com a aproximação da idade adulta, sendo subordinada às outras dimensões já referidas. Assim, por exemplo, o estatuto de participação de uma adolescente numa situação no espaço doméstico não é fundamentalmente diferente do de uma mulher adulta solteira, e depende, sobretudo, da sua condição de pessoa do sexo feminino, de membro ou estranho, de residente ou não-residente, ou de outras atribuições baseadas na sua origem social e estilo de vida. Note-se que, apesar destas qualificações, as *diferenças* de idades podem ser cristalizadas através das relações intergeracionais, e da sua associação a certas categorias de parentesco ou aliança, implicando, por vezes, a dependência prolongada de adultos — especialmente do sexo feminino — em relação a um pai idoso, por exemplo.

Os vectores de integração das solidariedades primárias

Existe uma relação estreita entre os processos de categorização em situação que foram referidos e aquilo a que Pina Cabral (1991) chamou os *vectores de integração* das solidariedades primárias — o sangue, a comensalidade e a residência. Os membros residentes partilham o mesmo tecto, tomam as refeições juntos e partilham um fundo comum de consumo, e estão, geralmente, ligados por laços de sangue. Note-se, contudo, que embora este último vector seja essencial para definir a existência de uma unidade social primária e de uma rede ou segmento de rede de solidariedades primárias, não é um vector indispensável ao recrutamento de uma pessoa como membro, podendo o vínculo conjugal com um membro desempenhar uma função comparável. Embora não tenha encontrado exemplos de tal durante o trabalho de campo, pode ser admitida a possibilidade de outra derrogação a esta centralidade do sangue no caso de residentes que são considerados membros da casa, mas cuja presença está ligada, por exemplo, à prestação de serviços. Trata-se de pessoas que residem sob o mesmo tecto e tomam as refeições com os outros membros, mas não possuem qualquer laço de parentesco ou afinidade com estes.

No caso dos membros não-residentes, o vector da comensalidade é o mais importante, implicando uma maior ritualização formal das ocasiões em que ele se materializa. A importância dos outros dois vectores, contudo, faz-se sentir de maneira indirecta, seja porque os membros são membros «naturais» da casa, mantendo com esta relações baseadas no parentesco e tendo nela residido, seja porque o seu vínculo decorre da afinidade, através do casamento com um membro «natural».

Finalmente, os estranhos podem manter vínculos na base de relações de parentesco ou de afinidade. Embora estas relações possam ser invocadas para definir os estatutos de participação em encontros rotineiros da vida quotidiana, elas não constituem a dimensão mais relevante para a caracterização dos estatutos de participação em encontros no espaço doméstico. É, sobretudo, nas ocasiões cerimoniais organizadas em torno da comensalidade que adquirem visibilidade as actividades localizadas de realização prática das solidariedades primárias, de estabelecimento das distinções entre membros e estranhos, e de diferenciação entre membros residentes e não-residentes. Neste sentido, o vector da comensalidade ocupa, de facto, uma posição central no processo de construção e reprodução do mundo das solidariedades primárias.

21

Qual a relevância dos aspectos abordados para a identificação dos limites da sociedade-providência enquanto mecanismo de protecção social? Em primeiro lugar, eles conferem uma acentuada visibilidade às lógicas de diferenciação, hierarquização e exclusão que são o outro lado da solidariedade baseada na reciprocidade, e mostram como essa solidariedade assenta numa identificação ancorada e personalizada daqueles que podem invocar legitimamente essa solidariedade e daqueles que têm por obrigação prestá-la. Um corolário destas características é a dificuldade em conceber a solidariedade para com desconhecidos, para com aqueles com quem é impossível estabelecer relações sociais continuadas, relações ancoradas radicadas em experiências partilhadas referidas a espaços e tempos particulares. Em segundo lugar, eles permitem identificar os mecanismos específicos de consolidação e reprodução da divisão sexual do trabalho, das formas de organização da vida familiar e das relações de poder na família que sustentam a sociedade-providência, tal

Conclusão

como ela existe. Falar da transcodificação pós-moderna da sociedade-providência pode significar duas coisas diferentes e opostas: ou uma transcodificação conservadora, acentuando e reforçando as tendências inigualitárias e exclusionárias que atravessam o fenómeno, ou uma transcodificação no sentido de um alargamento do princípio da reciprocidade aos “estranhos” e aos “distantes” e de uma transformação radical da divisão sexual do trabalho e da vida familiar, num sentido mais igualitário. Mas as duas perspectivas diferem, ainda, noutro aspecto: a relação com o estado e com o princípio da redistribuição que este representa e, ligada a esta, a relação entre a democratização do espaço doméstico e a democratização do espaço da cidadania.

Com mal ou com bem, aos teus te atém: o provérbio expressa, de forma sintética, os dois temas que atravessaram esta discussão. Por um lado, quem são os «teus» não é algo que esteja resolvido de uma vez por todas: exige um trabalho complexo e permanente de criação de fronteiras, de gradualização da pertença, de definição de inclusões e exclusões (Wolfe, 1992). Por outro lado, os resultados desse trabalho nem sempre são compatíveis com as concepções não-ancoradas dos direitos e deveres que estão associadas ao conceito de cidadania, e são extremamente vulneráveis a estereotipificações que podem levar a criar ou consolidar situações de exclusão, de marginalização ou de desigualdade, muitas vezes em virtude da própria reafirmação de condições estruturais encaradas como condições de sobrevivência das próprias redes — como é o caso da divisão do trabalho entre os sexos e da concepção da participação das mulheres em actividades extradomésticas. É bem conhecido, na sociedade portuguesa, o fenómeno da exclusão pela estigmatização de grupos étnicos, tais como os ciganos. Recentemente, o fenómeno tem-se alargado a grupos como os imigrantes africanos ou os refugiados. Muitas das manifestações públicas dessa rejeição do «outro» têm assumido a forma de afirmação de uma solidariedade local que estabelece claramente as fronteiras entre «nós» e os «outros», e recusa a assunção da obrigação moral de prestar apoio a estes em situações de carência. Não é evidente que a sociedade-providência e o princípio da reciprocidade que lhe subjaz — e que, como notava Polanyi (1992), pressupõe a disposição simétrica dos grupos que estabelecem relações de reciprocidade — constitui uma resposta adequada a situações marcadas pela desigualdade e pela assimetria, e mesmo pela privação, por parte

de certos grupos, dos meios para retribuir, essenciais para a viabilização da reciprocidade. Se a troca — e, em particular, a troca mercantil — não constitui, ela também, um modo adequado de responder a estas situações — também ela pressupõe ter algo para trocar —, resta a redistribuição como meio para assegurar a realização da solidariedade social nessas situações e, em geral, em todas as situações envolvendo uma obrigação de solidariedade em relação àqueles que nos são distantes. Repensar as modalidades possíveis de organização da redistribuição — e, em particular, o papel do estado nesse processo — e da sua articulação com a reciprocidade e a troca será uma das tarefas a incluir na agenda de investigação sobre a solidariedade social no fim do século (Nunes, 1993c). Tal implicará, sem dúvida, uma reinvenção, tanto da reciprocidade como da redistribuição, em particular a radical transformação das relações de poder e de desigualdade associadas às formas institucionais em que, actualmente, elas tendem a incorporar-se de maneira privilegiada, ou seja, a família e o estado. ■

Referências Bibliográficas

- Cabral, João de Pina 1991 *Os Contextos da Antropologia*. Lisboa, Difel.
- Gama, António 1993 «Espaço e sociedade numa situação de crescimento urbano difuso», in Santos (org.), 439-473.
- Ginzburg, Carlo 1994 «Killing a Chinese Mandarin: The Moral Implications of Distance», *New Left Review*, 208: 107-119.
- Goffman, Erving 1959 *The Presentation of Self in Everyday Life*. Harmondsworth, Penguin.
- Goffman, Erving 1971 *Relations in Public: Microstudies of the Public Order*. New York, Basic Books.
- Goffman, Erving 1986 [1974] *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. Boston, Northeastern University Press.
- Henriques, Adosinda 1993 «Mútuas de seguro de gado: uma forma de sociedade-providência em meio rural», in Santos (org.), 373-403.
- Hespanha, Maria José Ferros 1993 «Para além do Estado: a saúde e a velhice na sociedade-providência», in Santos (org.), 313-335.
- Hespanha, Pedro 1987 «Posse da terra e reprodução da força de trabalho», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22: 467-496.
- Hespanha, Pedro 1993a «Das palavras aos actos. Para uma elegia do amor camponês à terra», in Santos (org.), 290-311.
- Hespanha, Pedro 1993b «Vers une société-providence simultanément pré- et post-moderne», *Oficina do CES*, 38.
- Hespanha, Pedro 1994 *Com os Pés na Terra: Práticas Fundiárias da População Portuguesa*. Porto, Afrontamento.
- Nunes, João Arriscado 1992a *As Teias da Família: A Construção Interaccional das Solidariedades Primárias*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (policopiada).
- Nunes, João Arriscado 1992b «La famille: institution, contexte, pratiques», in *Familles et Contextes Sociaux: Les Espaces et les Temps de la Diversité*. Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia — ISCTE, 295-305.
- Nunes, João Arriscado 1992c «As teias que a família tece: alguns problemas de investigação de campo em sociologia da família», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34: 39-64.
- Nunes, João Arriscado 1993a «A construção interaccional do espaço doméstico: a realização prática da divisão público/privado nos episódios de envolvimento», in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* —

Actas do II Congresso Português de Sociologia, Volume II.
Lisboa, Fragmentos, 440-453.

- Nunes, João Arriscado 1993b «Erving Goffman, a análise de quadros e a sociologia da vida quotidiana», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37: 33-49.
- Nunes, João Arriscado 1993c «Polanyi revisitado: modos de regulação, inovação tecnológica e contra-movimento protector na era do capitalismo desorganizado», in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento — Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Volume I. Lisboa, Fragmentos, 97-114.
- Polanyi, Karl 1992 [1957] «The Economy as Instituted Process», in M. Granovetter e R. Swedberg (eds.), *The Sociology of Economic Life*. Boulder, Westview Press, 29-51.
- Revista Crítica de Ciências Sociais* 1987 Número temático sobre «Sociedade, Medicina e Saúde», 23.
- Rosanvallon, Pierre 1981 *La crise de l'état-providence*. Paris, Seuil.
- Santos, Boaventura de Sousa 1990 *O Estado e a Sociedade em Portugal*. Porto, Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa 1993 «O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia», in Santos (org.), 15-56.
- Santos, Boaventura de Sousa 1994 *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto, Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) 1993 *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto, Afrontamento.
- Strauss, Anselm L. 1993 *Continual Permutations of Action*. New York, Aldine De Gruyter.
- Wolfe, Alan 1989 *Whose Keeper? Social Science and Moral Obligation*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press.
- Wolfe, Alan 1992 «Democracy Versus Sociology: Boundaries and Their Political Consequences», in M. Lamont e M. Fournier (eds.), *Cultivating Differences: Symbolic Boundaries and the Making of Inequality*. Chicago, The University of Chicago Press, 309-325.